



# Contratação Coletiva de Trabalho - Depósito

## Guia de procedimentos

Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego



DRQPE



GOVERNO  
DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA  
JUVENTUDE, HABITAÇÃO  
E EMPREGO

(+351) 296 308 000  
info.dst@azores.gov.pt  
[portal.azores.gov.pt/web/drqpe/dst-info](http://portal.azores.gov.pt/web/drqpe/dst-info)

# Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego

## Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego

A Contratação Coletiva de Trabalho – expressão do diálogo social ao nível regional, setorial e empresarial – sendo fonte de direito específica do contrato de trabalho, revela-se, também ela, não só indispensável à manutenção da paz social, como instrumento privilegiado para assegurar a efetivação do Trabalho Digno, através da definição de regras diferentes das que estão estipuladas no Código Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009, na sua redação atual, podendo inclusive ser determinados critérios mais favoráveis para o trabalhador do que aqueles que aí estão estabelecidos.

As associações de empregadores, ou empresas, e as associações de trabalhadores, no âmbito da sua autonomia negocial, podem acordar entre si convenções coletivas de trabalho, com o objetivo de definir as condições de trabalho. O resultado da autonomia negocial, seja na forma de contrato coletivo de trabalho (CCT), acordo coletivo de trabalho (ACT) ou acordo de empresa (AE), para produzir efeitos obrigatoriamente está sujeita ao depósito junto da Secretaria com competência no trabalho, para posterior publicação, entrando em vigor na data acordada, ou, caso o texto não refira, cinco dias após a publicação.

Nos termos da alínea *t*) do artigo 52.º e da alínea *e*) do n.º 1 artigo 65.º da orgânica da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, anexa ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2024/A, de 18 de novembro](#), do artigo 11.º da Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, e do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, republicado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2022, de 1 de fevereiro de 2022](#), no território da Região Autónoma dos Açores compete à Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, através da Direção de Serviços do Trabalho, proceder ao depósito e envio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, doravante designado pro *Jornal Oficial*, das convenções coletivas de trabalho, logo que esteja verificada a reunião dos requisitos legais previstos nos artigos 494.º e 519.º do Código do Trabalho.

Com este guia pretende-se, de forma sucinta, dotar os sindicatos, as associações de empregadores, os técnicos de recursos humanos e outros profissionais da área do direito coletivo do trabalho de uma visão integrada da tramitação administrativa subjacente à submissão do pedido de depósito das convenções coletivas de trabalho, assim como o conhecimento das orientações do Gabinete de Edição do Jornal Oficial sobre a submissão de documentos para publicação, facultando-se, ainda para esse fim, uma proposta de lista de verificação do preenchimento desses requisitos.

O Diretor Regional

**Renato Francisco Martins Lopes Almeida de Medeiros**

Ponta Delgada, 2 de abril de 2026



# DEPÓSITO DE CONVENÇÃO COLETIVA

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Enquanto instrumento de regulamentação de coletiva de trabalho negocial, a convenção coletiva, para entrar em vigor e produzir efeitos perante terceiros deve obedecer ao procedimento fixado pela lei laboral.
- Este processo, que tem por finalidade uma intervenção pública de controlo administrativo da legalidade da convenção, consiste na receção pela Direção de Serviços do Trabalho (DST), do texto escrito do acordo, assinado pelas partes, verificando se estão reunidos os pressupostos legais, previstos no artigo 494.º do Código do Trabalho (CT), aprovado pela Lei n.º7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação, e atento a esses elementos, dentro do prazo legal de 15 dias, decide se procede ao seu depósito e publicação no *Jornal Oficial*.
- Caso o pedido de depósito não seja decidido dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da receção da convenção pela DST, considera-se depositada.
- Esta apreciação é efetuada pelos serviços na data em que recebe os documentos, e é meramente formal, não incidindo sobre aspetos substanciais da convenção. Sem prejuízo, da apreciação relativa à igualdade e não discriminação prevista no artigo 479.º do CT, que na Região, é realizada pela CRITE-A – Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego<sup>1</sup>.
- Enquanto o pedido de depósito não for decidido, as partes podem efetuar, por acordo, qualquer alteração formal ou substancial da convenção entregue para esse efeito.
- **A falta de preenchimento dos requisitos legais para depósito, determina a sua recusa. Sendo a recusa fundamentada do depósito imediatamente notificada às partes, procedendo-se à devolução da convenção e os respetivos documentos.**

---

<sup>1</sup> A Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores, foi criada pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011/A](#).  
[criteacores@azores.gov.pt](mailto:criteacores@azores.gov.pt)



## REQUISITOS DO DEPÓSITO:

a) Ser celebrada por quem tenha capacidade para o efeito;

b) Ser acompanhada de títulos comprovativos da representação das entidades celebrantes, no caso referido na alínea d) do n.º 2 do artigo 491.º, emitidos por quem possa vincular as associações sindicais e as associações de empregadores ou os empregadores celebrantes;

c) Conter as menções obrigatórias previstas no n.º 1 do artigo 492.º;

d) Ser acompanhada do texto consolidado, sendo caso disso;

e) Ser entregue em documento eletrónico, bem como o texto consolidado, sendo caso disso.

### a) SER CELEBRADA POR QUEM TENHA CAPACIDADE PARA O EFEITO

- Têm capacidade para celebrar convenções coletivas as associações de empregadores e os empregadores, e por outro lado, as associações sindicais. Quer as associações de trabalhadores, quer as associações de empregadores (alínea a), do n.º 1, do artigo 443.º CT) e, os próprios empregadores (alínea c), do n.º 3, do artigo 2.º CT) podem outorgar convenções coletivas.
- Contudo, a capacidade negocial coletiva é inerente à personalidade jurídica das associações sindicais e de empregadores, a qual corresponde ao momento da aquisição de personalidade, isto é, o registo dos estatutos – artigo 447.º do Código do Trabalho.
- É necessário que tenham sido legalmente constituídas, de forma a adquirir personalidade jurídica e consequente capacidade de gozo e exercício para a celebração de convenções coletivas. As associações sindicais adquirem personalidade jurídica com o registo dos estatutos no ministério responsável pela área laboral (n.º 1, do artigo 447.º CT), na Região, pela Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego - Direção de Serviços do Trabalho, passando a ter capacidade de exercício após a publicação dos respetivos estatutos no Boletim do Trabalho e Emprego (na Região, no Jornal Oficial) ou, 30 dias após o registo (n.º 7, do artigo 447.º CT).
- A capacidade negocial coletiva é inerente à personalidade jurídica das associações sindicais e de empregadores.
- Na eventualidade da contraparte ser uma entidade empregadora - empresa, pessoa coletiva, o momento em que esta adquire personalidade jurídica e consequente



capacidade, varia consoante a sua natureza. No caso de uma sociedade comercial (n.º 1 do artigo 1.º do Código das Sociedades Comerciais) a aquisição de personalidade jurídica rege-se pelo regime previsto no Código das Sociedades Comerciais, nos termos do qual, esta se adquire a partir da data do registo (definitivo) do contrato constitutivo na conservatória do registo comercial.

- b) SER ACOMPANHADA DE TÍTULOS COMPROVATIVOS DA REPRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES CELEBRANTES, EMITIDOS POR QUEM POSSA VINCULAR AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E AS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES OU OS EMPREGADORES CELEBRANTES

### **Artigo 491.º**

#### ***Representantes de entidades celebrantes***

1. *A convenção coletiva é assinada pelos representantes das entidades celebrantes.*

2. *Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se representantes:*

a) *Os membros de direção de associação sindical ou associação de empregadores, com poderes para contratar;*

b) *Os gerentes, administradores ou diretores com poderes para contratar;*

c) *No caso de empresa do sector empresarial do Estado, os membros do conselho de gerência ou órgão equiparado, com poderes para contratar;*

d) *As pessoas titulares de mandato escrito com poderes para contratar, conferido por associação sindical ou associação de empregadores, nos termos dos respetivos estatutos, ou por empregador.*

(...)

- Necessidade de apresentação dos títulos de representação dos mandatários das partes, devidamente assinados por quem tem capacidade para o efeito, títulos esses que assumem na prática negocial corrente a designação de “credenciais” e que devem acompanhar o texto acordado para efeitos de depósito.

- c) **CONTER AS MENÇÕES OBRIGATÓRIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 492.º**

A convenção coletiva deve indicar:

a) *Designação das entidades celebrantes;*

b) *Nome e qualidade em que intervêm os representantes das entidades celebrantes;*

c) *Âmbito do sector de atividade, profissional e geográfico de aplicação, exceto tratando-se de revisão que não altere o âmbito da convenção revista;*

d) *Data de celebração;*



e) *Convenção revista e respetiva data de publicação, se for o caso;*

f) *Valores expressos de retribuição base para todas as profissões e categorias profissionais, caso tenham sido acordados;*

g) *Estimativa dos números de empregadores e de trabalhadores abrangidos pela convenção.*

h) *Instrumento de regulamentação coletiva de trabalho negocial e respetiva data de publicação, para efeitos do n.º 5 do artigo 482.º*

- No âmbito do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 492.º as partes devem expressamente referir além do nome, a qualidade do título em que intervêm.

**Exemplo:** Bela Gonçalves Ponte (Presidente da Direção do Sindicato das Indústrias Transformadoras da Graciosa)

#### d) SER ACOMPANHADA DE TEXTO CONSOLIDADO NO CASO DE SE TRATAR DE UMA TERCEIRA REVISÃO PARCIAL

- No caso de se tratar de uma terceira revisão parcial, consecutiva, de uma convenção, esta deve ser acompanhada de texto consolidado, assinado nos mesmos termos, o qual, em caso de divergência, prevalece sobre os textos a que se refere, cfr. n.º 2 do artigo 494.º do CT.
- No caso de Revisão Global a convenção coletiva posterior revoga integralmente a convenção anterior, salvo nas matérias expressamente ressalvadas pelas partes. E os direitos decorrentes de convenção só podem ser reduzidos por nova convenção de cujo texto conste, em termos expressos, o seu carácter globalmente mais favorável.

#### e) SER ENTREGUE EM DOCUMENTO ELETRÓNICO

- A convenção e o texto consolidado devem ser entregues em documento eletrónico, nos termos da portaria do membro do Governo Regional responsável pela área laboral, cf. n.º 3 do artigo 494.º do CT e da [Portaria n.º 92/2013, de 2 de dezembro](#), publicada no *Jornal Oficial*, I Série, n.º 139, de 2 de dezembro, cujo artigo 2 importa transcrever:

#### **Artigo 2.º**

##### **Formato e comunicação do documento eletrónico**

1 - *O documento eletrónico, com aposição de assinatura eletrónica, deve adotar um formato de texto ou ser suscetível de ser exportado para um formato de texto.*

2 - *A expedição de documento eletrónico com aposição de assinatura eletrónica por mensagem de correio eletrónico deve ser cronologicamente validada, nos termos da alínea u) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, com a redação dada*



pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril, mediante a aposição de selo temporal por uma terceira entidade idónea.

3 - O texto a que se refere o artigo anterior pode se apresentado em documento eletrónico, sem assinatura eletrónica, em formato aberto não editável acompanhado de suporte de papel devidamente assinado.

4 - O documento eletrónico elaborado nos termos referidos deve ser remetido ao serviço competente da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial<sup>2</sup> em CD ou em DVD, ou para o endereço eletrónico [info.dst@azores.gov.pt](mailto:info.dst@azores.gov.pt).

## ORIENTAÇÕES PARA A SUBMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL

- O documento em suporte eletrónico deverá seguir as instruções para submissão de documentos para publicação no *Jornal Oficial* conformes com as orientações do Gabinete de Edição do Jornal Oficial que se indicam:
  - Evitar o uso de abreviaturas de qualquer tipo, com exceção da indicada na última linha da tabela:

Correto	Incorreto
Decreto-Lei	Dec-Lei ou DL
Artigo	Art.º
Decreto Legislativo Regional	DLR ou Dec. Leg. Reg.
Decreto Regulamentar Regional	DRR ou Dec. Reg. Reg.
10 de dezembro de 1999	10/12/99
n.º	número

- Evitar o uso despropositado de maiúsculas:

Correto	Incorreto
Maria José Correia	MARIA JOSÉ CORREIA
Decreto Legislativo Regional n.º	DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º
Decreto-Lei n.º	DECRETO-LEI N.º
Resolução do Conselho do Governo n.º	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DO GOVERNO N.º
Portaria n.º	PORTARIA N.º

- Evitar o uso de palavras em **bold / negrito**;
- Evitar o uso de palavras em *itálico* à exceção de estrangeirismos;
- Não utilizar automatismos na numeração;
- As alíneas – a), b), c), etc, - devem estar formatadas no estilo *itálico*;
- Os documentos e/ou anexos para publicação deverão ser enviados com a formatação do texto:
  - Tipo de letra e tamanho: Arial 11
  - Cor do texto: Preto

<sup>2</sup> A Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego do XIV Governo Regional dos Açores, conforme orgânica aprovada pelo [Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril de 2024](#).



- Alinhamento do texto: justificado
  - Espaçamento entre parágrafos: de 3,8 pt antes
  - Espaço entre linhas: 1,15
- Os mapas e quadros devem ser sempre submetidos em anexo, em formato PDF, com letra Arial 11, tamanho 11, em folha branca, com as margens superior, inferior, direita e esquerda, de 4 cm, 2 cm, 1,5 cm e 1,5 cm, respetivamente.

## LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA O DEPÓSITO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Em cada questão assinalar uma das quadriculas: Sim (S) ou Não (N)

### A) Documentos instrutórios

S / N

- Pedido de depósito?
- Original da convenção assinado?
- Terceira revisão/alteração parcial consecutiva?
- Se “S”, é acompanhada de texto consolidado assinado? S  N
- Títulos comprovativos da representação das entidades celebrantes emitidos por quem possa vincular os outorgantes (v.g. credenciais)?
- Texto(s) a publicar em documento eletrónico, no termo [da Portaria n.º 92/2013, de 2 de dezembro](#)?
- Obedece ao disposto do n.º 1 do artigo 492.º do Código do Trabalho?

### B) Indicações obrigatórias

S / N

- Designação das entidades celebrantes?
- Nome e qualidade em que intervêm os representantes das entidades celebrantes?
- Texto inicial?
- Se “S”, indica o âmbito do setor de atividade, profissional e geográfico de aplicação? S  N
- Se “N”, indica a convenção revista e data de publicação? S  N
- Data de celebração?
- Valores expressos de retribuição base para todas as profissões e categorias profissionais previstas acordadas?
- Estimativa dos números de empregadores e trabalhadores abrangidos?
- Instrumento de regulamentação coletiva de trabalho negocial e respetiva data de publicação, para efeitos do n.º 5 do artigo 482.º do Código do Trabalho?

